

## SESSÃO DE ENCERRAMENTO



---

**Prof. Doutor Augusto Santos Silva**

*Relator das conclusões*

1. Ser relator das conclusões é um exercício um pouco difícil, dada a temática do Seminário e a diversidade e riqueza das intervenções. De qualquer maneira, é possível encontrar um tema comum para esta diversidade se voltarmos à abertura do Seminário e ao desafio do Prof. Veiga Simão. Ele disse que, ao discutirmos documentos como o Livro Branco da Comissão Europeia, estamos a tentar, numa lógica de participação e parceria, constituir uma carta magna para a educação e a formação, sabendo que a educação e as instituições educativas são hoje múltiplas e pluridimensionais e que o tempo para elaborar essa carta magna é, provavelmente, o bem mais escasso de que dispomos.

Partimos todos de uma base comum: a ideia da formação ao longo da vida, num processo permanente de aprendizagem, significa que a formação nunca está terminada, que a aprendizagem é co-extensiva da vida das pessoas e da actividade dos grupos e das sociedades. E significa, também, que as instituições formativas não se reduzem à escola, instituição formativa por excelência, sim, mas em parceria com outras agências de educação, formação e socialização.

Como podemos “casar” todas estas agências? Encontrando, talvez, leitmotivs bastante genéricos. Andamos provavelmente a procurá-los na palavra “formação”. Mas devo dizer que prefiro usar a palavra “educação”, conceito mais vasto do que o de formação, e que nos permite definir mais claramente uns três tópicos centrais:

- a) a educação não tem de se subordinar a lógicas próprias de outras esferas da vida social. Vimos, de manhã, com suficiente cópia de pormenores e fundamentação, que tal implica (ponto importante nos tempos actuais) que a educação não se deva subordinar a lógicas economicistas. O que, diga-se desde já, não quer dizer que ela não deva ser escrutinada segundo critérios económicos, avaliando custos, eficácia social e eficiência;

- b) a educação que nos serve é uma educação de banda larga, como foi lembrado na última sessão do Seminário. A essa educação de banda larga pedimos que desenvolva as atitudes, as capacidades, as competências das pessoas; que as forme, não que as “encha” com informação que rapidamente se torna obsoleta; que as ensine a aprender e a aprender em ordem à globalidade do seu ser e das suas responsabilidades cívicas. É esta globalidade que buscamos quando falamos em termos de cidadania e, em particular, quando falamos em termos de cidadania europeia. Porque a matriz europeia é a de uma tradição cultural que se foi interrogando a si própria e desse autoquestionamento fez a sua principal riqueza;
- c) precisamos que a educação nos ajude, neste tempo de passagem civilizacional, muito bem caracterizado aqui, pela Prof<sup>a</sup>. Isabel Guerra, como um tempo de incerteza, prenhe, ao mesmo tempo, de desafios e possibilidades de actuação para um futuro comum e melhor.

Tal foi o quadro geral que orientou o nosso Seminário. Dentro dele, retivemos três questões:

- a) a relação entre educação, formação, trabalho e emprego;
- b) o papel da educação e das instituições educativas no combate à exclusão social, associado ao imperativo do combate à exclusão escolar;
- c) a educação para a cidadania, num contexto europeu.

2. Em relação à primeira questão, exprimiram-se concepções diferentes da relação entre educação, actividade e emprego. Houve claramente uma perspectiva que nos desafia a pensar esta constelação na sua máxima amplitude; e outra que nos sugeria reduzir a constelação à interacção de escolas e empresas. O progresso da nossa intervenção não pode fazer a economia do debate entre as duas perspectivas.

De manhã, falou-se na necessidade de uma relação suficientemente rica entre educação e trabalho. A riqueza pode conquistar-se por uma lógica

que peça à escola alguma formação para o trabalho, como também uma prática que incorpore alguma aprendizagem em contacto com o mundo do trabalho. O ponto foi sublinhado pelo Prof. Rui Canário. Correlativamente, há que pedir ao acto educativo o desenvolvimento, nos jovens, da capacidade de interrogar e transformar as condições do trabalho - e eis uma mensagem deixada, sobretudo, pelo Senhor Manuel Carvalho da Silva e o Engº João Proença.

O trabalho é uma actividade. Provavelmente, até precisaremos de globalizar um pouco mais, e pensar em actividades que podem ou não assumir o significado socialmente atribuído ao trabalho. O próprio tema da manhã a isso nos convidava. E desafiava-nos a encarar as novas possibilidades e os novos contornos da actividade, no contexto das sociedades do futuro próximo - sociedades de informação e sociedades de conhecimento, “sociedades que aprendem”. Sendo certo, porém, que, como começou por lembrar o Ministro da Educação, estas mesmas sociedades já estão a gerar os novos “descamisados”, os “descamisados” da informação - porque na posse ou privação das condições de acesso e uso da informação se jogará uma das principais clivagens das estruturas sociais.

Foi muito importante que estivesse, entre nós, o Engº Luís Todo Bom, lembrando que, numa óptica empresarial, o que faz sentido é que a formação profissional assente numa prévia boa educação básica - e nunca imaginar que a formação profissional pudesse substituir com proveito a educação básica.

Foi, ainda, importante que o mesmo Todo Bom nos lembrasse ser preciso caminhar na construção de uma relação de confiança recíproca entre lugares de formação e lugares de actividade. Prefiro falar, em geral e por minha conta, em lugares de actividade, em vez de referir só especificamente as empresas. Por duas razões. A primeira é que nós trabalhamos também em organizações não empresariais: administração, serviços sociais (em sentido amplo), economia social, etc. A segunda é que também temos e podemos desenvolver actividade nos tempos do não-trabalho, como os tempos do lazer e os tempos da participação cívica ou do voluntariado social. Conseguiremos avançar bastante, creio,

se, sem perder nunca de vista a centralidade do trabalho na definição das identidades pessoais e colectivas, soubermos agarrar o tempo do não-trabalho como um ensejo de realização pessoal, cidadania e pertença grupal.

3. À tarde, começámos por discutir as questões da exclusão. Situando-se numa perspectiva empresarial, o Eng<sup>o</sup> Mário Seca chamou a atenção para que a globalização da economia e a revolução tecnológica em curso envolvem novos riscos e linhas de exclusão, ao mesmo tempo que permanecem, entre nós, os factores de exclusão associados a fraco desenvolvimento da economia e das empresas, de que o trabalho infantil é uma ilustração dramática.

Por seu lado, a Dra. Márcia Trigo lembrou-nos o duplo plano em que se jogam estas questões: a construção de condições de maior sucesso educativo (não meramente administrativo) na escola, por um lado; por outro, o desenvolvimento da inclusão social da escola e o seu enraizamento no meio social ambiente. Já não parece possível regressar ao velho sonho republicano da escola produtora, única ou principal, do homem e da sociedade novos; nem sequer podemos já pensar que os problemas da exclusão escolar se resolvem trabalhando apenas no interior da escola.

Não é menos verdade, contudo, que essa mesma escola é um dos lugares incontornáveis da nossa acção pela inserção social de todos. O Livro Branco da Comissão Europeia continuará a ser um possível ponto de partida para avançar em várias dimensões:

- a) temos que avançar na construção de uma escola que, sendo única, não tem necessariamente de ser uniforme;
- b) temos que avançar na discussão sobre até que ponto e de que modo podemos ir na diferenciação das pedagogias, dos currículos e das instituições de formação;

- c) temos que pensar nos processos de certificação de competências adquiridas por via não-formal;
- d) e temos, sobretudo, que fazer tudo o que for possível para que ninguém abandone a escola básica sem alguma certificação.

Como se vê, a nossa reflexão colectiva sobre esta problemática tão decisiva ainda só vai no seu início.

4. Às questões da educação para a cidadania foi dedicado o nosso fim de tarde. Salientaria três pontos principais:

- a) a educação para a cidadania europeia não se faz num vazio cultural, histórico e moral. O Prof. João Carlos Espada insistiu nesta ideia. A educação faz-se em certo ambiente, faz-se em certo espaço civilizacional e por referência a certa tradição. E europeu, ou euro-atlântico, como ele preferiu dizer, quer denotar precisamente uma tradição histórica, cultural e moral. Lembraria, entretanto, da minha parte, que só se entende verdadeiramente o carácter progressivo dessa tradição cultural europeia se se tiver em conta que ela se fez de dissidência, de crítica, de questionamento livre;
- b) a aposta crucial deve fazer-se na educação para a cidadania e não exactamente num qualquer ensino da cidadania. Se me é permitido um barbarismo, a educação para a cidadania não pode ser “curricularizada”, isto é, tratada como se fosse uma “matéria” a ensinar, com disciplina, programa, manual e professor particulares;
- c) ao invés, a grande força motora da educação cívica é a própria qualidade do ambiente educativo. O Fernando Medina colocou bem o problema, quando disse que nós educamos para a cidadania sempre que construímos ambientes educativos que sejam eles próprios ambientes de cidadania. Mais do que o currículo, é o ambiente educativo que forma com eficácia. O formalismo e a rigidez das hierarquias, que o Prof. Renato Araújo denunciou como obstáculos à necessária mudança do nosso ambiente educativo, a rotinização, a paralisação

no tempo, devem ser combatidos, se quisermos que a educação cívica se faça do modo mais sustentando e duradouro, que é através da própria vida quotidiana das organizações escolares e das práticas educativas que nelas decorrem.

---

**Prof<sup>a</sup>. Doutora Maria Teresa Ambrósio**

Muito obrigada, Prof. Augusto Santos Silva, creio que teve uma óptima capacidade de síntese de tudo quanto se passou. Não sei se há alguma coisa a comentar a esta síntese...

Confesso que, de qualquer maneira, enfim, fiquei com muitos amargos de boca. Há muita coisa a dizer que não foi dita e continuo a voltar ao ponto de partida, ao que disse no princípio deste dia - sinto muito nesta nossa posição da educação/formação, mesmo extremamente evoluída e aprofundada, em processo contínuo de construção, muita presença dos jovens e pouca presença dos menos jovens.

Senhora Ministra para a Qualificação e o Emprego

Permita-me que agradeça a sua presença, apesar das dificuldades e atraso inerentes ao trânsito e às suas actividades. É uma grande honra tê-la aqui na nossa Sessão de Encerramento, porque não há dúvida que este tema toca vários sectores governamentais, várias responsabilidades ministeriais e muito especialmente a educação, a qualificação e o emprego, e a formação. Assim, tê-la aqui na nossa presença é para nós uma grande satisfação e, de certa maneira, um sublinhar da importância dos nossos debates.

Foi um dia muito cheio, um dia de grandes debates, livres e abertos, relativamente aos dois objectivos do Livro Branco: escola e relação com a empresa, que nós alargamos um pouco à escola e relação com o mundo do trabalho; o problema da exclusão educativa e da exclusão social,

debruçando-nos depois sobre a questão da construção da cidadania europeia e dimensão europeia da formação e da educação.

Acima de tudo, foi um dia em que muitas questões ficaram em aberto e em que se manifestou o gosto pela continuação do debate e do aprofundamento das implicações que todas estas orientações vindas da Comunidade Europeia, e que estão sendo discutidas e aprofundadas entre nós, terão no futuro da política portuguesa; e, provavelmente, também o contributo que Portugal pode dar para as políticas europeias, foi sobretudo isso que ressaltou.

Passaria agora a palavra à Sr.<sup>a</sup> Ministra para a Qualificação e o Emprego.

---

**Prof.<sup>a</sup>. Doutora Maria João Rodrigues**

*Ministra para a Qualificação e o Emprego*

Quero começar por saudar esta iniciativa, tomada pelo Conselho Nacional de Educação, que é de grande oportunidade. Encontramo-nos no Ano Europeu dedicado a estas matérias e penso que o rastro deixado por esse Ano Europeu tem que ser devidamente sedimentado através de políticas que estão em curso.

Gostava de deixar algumas preocupações e também algumas informações que podem ser úteis quanto aos trabalhos que o Governo tem em mãos a propósito, justamente, das temáticas que terão discutido hoje.

Em primeiro lugar, gostaria de ressaltar que um dos méritos da discussão que tem decorrido ao longo do Ano Europeu, seja em Portugal, seja no espaço comunitário, é o facto de estarmos a perceber que, na realidade, o que está em causa não é apenas uma reorientação, ou mesmo uma reforma do sistema de educação e do sistema de formação profissional, mas sim uma questão muito mais vasta, de perceber como é que

as sociedades se podem organizar para propiciar processos de aprendizagem permanentes. Daí, enfim, o conceito da sociedade que aprende ou da sociedade cognitiva, que penso ser uma tradução muito difícil, em termos da nossa linguagem corrente, do conceito original de *learning society*.

Está aqui a questão fundamental, ou seja, olharmos para a sociedade portuguesa como um todo, tendo em conta as suas diferentes instituições, tendo em conta o que são os diferentes modos de vida da nossa sociedade e perceber em que medida é que eles propiciam processos de aprendizagem. Veremos certamente contrastes muito vincados com as lógicas societais presentes noutros estados membros da União Europeia. Esta perspectiva é importante quando se trata de responder a problemas muito difíceis, que temos em mão, de qualificação das pessoas.

Portugal tem problemas absolutamente específicos no panorama europeu, de que enuncio apenas quatro: em primeiro lugar, o problema de não estarmos ainda a conseguir garantir o pleno cumprimento da escolaridade obrigatória; em segundo lugar, não estarmos a conseguir garantir a cada jovem uma formação qualificante ao nível do secundário ou ao nível do superior; terceiro, não termos nas nossas empresas e organizações, em termos gerais, um peso suficiente de quadros superiores ou mesmo quadros médios e, ainda, contarmos com uma larguíssima massa de população empregada cujo nível de escolaridade é extremamente baixo. São quatro problemas específicos da sociedade portuguesa no contexto europeu, que requerem soluções apropriadas e uma capacidade de trabalho em conjunto da vertente educação com a vertente formação profissional.

Esse trabalho em conjunto não tem uma tradição suficientemente desenvolvida no caso português e, realmente, o que está em questão é conseguirmos ganhar tempo interligando as medidas do lado da educação e do lado da formação profissional, para resolver, nomeadamente, estes quatro problemas, para não estar a citar outros.

Do ponto de vista do Governo e para esse efeito, qual é a arquitectura do sistema para a qual gostaríamos de evoluir? No tocante à formação

inicial, a arquitectura baseia-se fundamentalmente nos pilares das vias gerais, das vias tecnológicas, das escolas profissionais e da aprendizagem. Estamos a procurar fazer passar esta mensagem de maneira clara, porque o passado mostra-nos que muitas outras soluções foram utilizadas, mas que não se traduziram, de facto, na garantia de uma formação qualificante e certificada para os jovens. A nossa aposta consiste em canalizar recursos financeiros e humanos para consolidar estas quatro soluções, como soluções fundamentais.

Depois, temos o problema da formação contínua e da formação da população adulta. Nesta vertente, temos em mente consolidar um sistema assente numa tripla base: a formação que será fornecida por entidades privadas, porque realmente está em causa poder reforçar em Portugal o mercado privado da formação profissional; a formação promovida pelas associações de um modo geral e, designadamente as ligadas ao desenvolvimento regional e pelos parceiros sociais (há uma vasta gama de associações que pode ser mobilizada para estes objectivos da formação); finalmente, o papel das instituições públicas de formação, que deverão abranger aqueles grupos-alvo que não são susceptíveis de ser cobertos facilmente pelas entidades que atrás referi. Há aqui um papel supletivo incontornável do Estado, de forma a garantir que as categorias que correm risco de exclusão social possam ser devidamente cobertas.

Um dos passos recentemente adoptados pelo Governo, nessa matéria, diz respeito à reforma do financiamento da formação profissional, perspectivada justamente para accionar uma alteração de fundo, no sistema de formação. Aliás, estamos a duas semanas de anunciar em bloco toda essa reforma, que visa redireccionar a formação profissional em Portugal em torno de critérios claros de qualidade, de relevância e de coordenação, da vertente formação e da vertente educação. Sendo complicado, vai exigir regras de gestão bastante claras e capacidade de canalizar os fundos públicos para instituições que nos dêem garantia de fazer uma formação de qualidade e de relevância.

Em qualquer caso, um outro problema no horizonte é - e porque temos problemas de qualificação muito específicos - em que medida po-

demos tirar partido das virtualidades da sociedade da informação para resolver alguns desses problemas. Estamos em crer que a sociedade da informação nos pode ajudar a resolver problemas de produção e de difusão de conteúdos de forma alargada e, simultaneamente, ajudar a resolver problemas relativos à orientação e à gestão estratégica de todo o sistema de formação.

Nesse aspecto, gostava de sublinhar que o Governo accionou um conjunto de trabalhos, que são na realidade grandes empreitadas, porque se trata de trabalhos que vão levar, nalguns casos, mais de um ano a empreender. Visam dotar o País de um conjunto de estruturas fundamentais para podermos decidir em matéria de educação e de formação. Prendem-se com um trabalho de levantamento de necessidades, que não ambiciona (e estou a tentar adivinhar a discussão que possa ter ocorrido ao longo do dia) propriamente instaurar um sistema formativo e muito menos um sistema educativo, numa lógica funcionalista e economicista de resposta pura e simples às necessidades, visando antes fornecer um referencial sobre o qual várias opções, com a respectiva autonomia, poderão ser tomadas, em matéria educativa e formativa.

Esse levantamento de necessidades vai permitir accionar um outro sistema fundamental e que está, digamos, subdesenvolvido em Portugal - tudo o que se prende com orientação escolar e profissional. Aliás, posso dizer que ainda hoje tive, ao fim da manhã, uma reunião com o Sr. Ministro da Educação, em que discutimos o que se pode fazer no sentido de chegar a algo tão simples como um sistema de orientação escolar e profissional que sirva simultaneamente a população jovem e a população adulta, que consiga fornecer a informação pela vertente da educação e pela vertente da formação e que, fundamentalmente, ajude cada indivíduo a trabalhar o seu projecto profissional e, em última análise, o seu projecto de vida.

Há aqui um aspecto que do ponto de vista sociológico é fundamental, que é permitir que o sistema de orientação profissional e escolar ajude a alterar em Portugal as representações sociais sobre as profissões e, eventualmente, as escolhas que são feitas sobre as profissões. É um ponto

capital no caso português, não só porque há falta de informação, mas também muito poderíamos dizer acerca das representações sociais sobre as profissões.

Na mesma linha está o impulso que queremos dar ao sistema de certificação da formação profissional, pois há um grande atraso nacional nesta matéria. A problemática foi introduzida, temos que o dizer, muito por pressão das instituições comunitárias, estabelecendo-se a certa altura uma ligação muito clara sobre certificação e mobilidade ao nível internacional, que penso ser uma forma muito redutora de ver o problema da certificação.

O que está em causa na certificação, como sabemos, é um processo de validação social das competências, portanto, quando estruturamos um sistema de certificação estamos a criar um referencial do que são as competências socialmente válidas e um referencial para a evolução da estrutura profissional.

Estamos ainda a raciocinar sobre o que é a mobilidade profissional e a mobilidade social e o que são as compensações que os indivíduos têm pelo facto de apostarem numa determinada profissão ou numa determinada trajectória profissional. É tudo isso que está em jogo num sistema de certificação e muito redutor seria que, quando o concebemos, o ligássemos apenas à problemática da mobilidade internacional. De facto, o que está em jogo são muitíssimas dimensões estruturantes do que venha a ser a estrutura profissional e, ao fim e ao cabo, a estrutura social da sociedade portuguesa. É atendendo a estes parâmetros que estamos a relançar o sistema de certificação.

Finalmente, o outro tópico que gostava de deixar ficar e também tentando adivinhar nas entrelinhas o que terá sido dito aqui, tem a ver com o facto de, do ponto de vista do Governo, ser hoje muito claro que se quisermos, na prática, reforçar uma aliança na acção entre a vertente educação e a vertente formação, teremos que ter formas específicas para a resolver a um nível regional. O problema que se põe é o de como, de forma muito pragmática, accionar esse trabalho em conjunto ao nível regional, independentemente do figurino que venha a adquirir o pro-

cesso institucional de regionalização. Porque não temos tempo a perder e temos que encontrar formas práticas que permitam este trabalho.

Neste sentido – o que nos remete até para um processo que tenho neste momento em mãos, que se prende com a concertação estratégica entre parceiros sociais -, tem estado em discussão a possibilidade de ser accionado no País um processo de redes regionais para a qualificação e o emprego, que terão um recorte variável em função dos problemas a resolver, mas que visam organizar ao nível regional um processo de identificação de problemas e de soluções de qualificação, que envolva, à partida, os actores relevantes nesta matéria. Actores relevantes são todos os que se prendem com os organismos de formação e educação mas também autarquias, associações empresariais, sindicais e de desenvolvimento regional e, de um modo geral, todos os centros de competência que podem concorrer para este processo. Trata-se, ao fim e ao cabo, de saber como podemos organizar e mobilizar a rede de saber disponível em cada região. Felizmente hoje visto, região por região (embora com grandes desequilíbrios, é certo), verificamos que o território nacional está coberto de infra-estruturas de produção de saber e de difusão de saber que só não são suficientemente rentabilizadas porque ainda não aprenderam a trabalhar em conjunto. É exactamente esse processo que queremos organizar, em torno do conceito de redes regionais para a qualificação e o emprego.

A última nota que eu gostava de deixar ficar tem a ver com a passagem do País à terceira fase da união económica e monetária. Isto tem, como todos sabemos, grandes incidências em matéria de educação e formação porque, em última análise, o problema é o seguinte: se se vier a concretizar a entrada de Portugal nessa terceira fase, vamos perder os instrumentos tradicionais de defesa do espaço económico, que são a política cambial e a política monetária. O País passa a valer por aquilo que consegue fazer na base das suas empresas e os mecanismos de ajustamento são basicamente emprego e salários, a menos que durante esse processo as empresas portuguesas consigam construir factores competitivos de tipo novo, os quais estão necessariamente ligados a um enorme salto em matéria de qualificação.

Estamos verdadeiramente numa corrida contra o tempo, em que a variável qualificação se torna verdadeiramente uma variável estratégica, onde se cruzam muitos outros problemas nacionais. A questão que se põe é em que medida podemos nós, com as nossas tradições de organização social, inventar novas formas de produzir qualificação, de produzir competências adequadas ao que está em perspectiva, em muito pouco tempo. Nessa medida, esse é um dos grandes problemas que o Conselho Nacional de Educação terá para trabalhar e para reflectir nos próximos tempos.

Muito obrigada.

---

**Prof<sup>a</sup>. Doutora Maria Teresa Ambrósio**

Em nome da Senhora Ministra para a Qualificação e o Emprego, considero encerrado o nosso Seminário, agradecendo a todos a vossa presença e o vosso trabalho.

Muito obrigada.

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**